

## RECENSÃO CRÍTICA

Mouffe, Chantal (2019). *Por Um Populismo de Esquerda*. Coleção Trajectos. Lisboa: Gradiva. ISBN 978-989-616-906-0. 104 pp

### JOÃO CARLOS SOUSA

[joao.carlos.sousa@iscte-iul.pt](mailto:joao.carlos.sousa@iscte-iul.pt)

Doutorando em Ciências da Comunicação do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (Portugal) e bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Mestre em Sociologia: exclusões e políticas sociais (Universidade da Beira Interior) e Licenciado em Sociologia. Foi bolseiro de Investigação (2010-2015) nos projetos *Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação cívica nos media portugueses* e *Público e privado em comunicações móveis*, desenvolvidos no LabCom da Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior. Desde Junho 2016 é investigador do OberCom.

A obra *Por Um Populismo de Esquerda* de Chantal Mouffe insere-se na já longa tradição neomarxista a que habitou toda uma vasta e diversa comunidade de leitores que vai desde a Sociologia, à Ciência Política e Filosofia. Para a autora francesa é claro que o populismo em si pode não ser única e simplesmente sinónimo de disfuncionalidade e patologia democrática. É deste modo que aquilo a que designa como o “momento populista” se insere numa narrativa socio-histórica e cultural, em que diferentes disposições das diversas estruturas sociais se vão metamorfoseando num permanente processo dialético de tese, antítese e síntese. O registo ensaístico nada fica a dever ao rigor conceptual e analítico aliado a uma assinalável argúcia observacional e de síntese por parte da autora francesa. Esta logo no início da obra faz uma declaração de intenções que consideramos relevante, e que passa por declarar que este é um contributo teórico e reflexivo para o estudo do populismo, mas que não descora o lado militante e ativista que o momento político e comunicacional impõe, contribuindo para um programa populista de esquerda com uma forte ancoragem cultural, promovendo a revitalização da vida política e pública das democracias-liberais.

Em termos orgânicos a obra em estudo está organizada em sete partes, entre a introdução, quatro capítulos, a conclusão e um apêndice teórico, este último espaço onde a autora realiza esclarecimentos conceptuais relevantes. A obra é prefaciada por José Neves (FCSH-Universidade Nova Lisboa).

Na *Introdução* Mouffe procura definir o problema de pesquisa e advoga que estamos atualmente perante uma crise da formação hegemónica neoliberal. Neste sentido, esta é uma oportunidade histórica de transformar as estruturas políticas e sociais em favor de uma política de esquerda: o momento populista é aquele em que as instituições políticas



e sociais que balizam o neoliberalismo atual deverão ser colocadas em causa pelo populismo de esquerda. A hegemonia neoliberal prevalecente nas últimas três a quatro décadas tem levado ao que designa por pós-política. Este período revela-se no crescente desinteresse pela vida política por parte de um cada vez maior número de categorias sociais.

Existem duas ordens de razões para a hegemonia observada. A primeira das quais, a conceção essencialista da prática política de uma boa parte dos atores políticos de esquerda que continuam a perspetivar a expressão política como o resultado de configurações de classe. Por outro lado, o estabelecimento do consenso em torno da TINA (*There is not alternative*), que foi abraçada pela social-democracia no governo de Tony Blair na chamada “terceira via”. Desta forma, o “momento populista” requer a mobilização da dimensão discursiva através da qual se constrói “(...) uma fronteira política entre “o povo” e “a oligarquia” (...)” (2019: 19).

No primeiro capítulo, *O Momento Populista*, Mouffe começa por fazer uma declaração de interesses. Esta passa por postular os horizontes programáticos e ativistas da sua proposta, ainda que norteada teórica e conceptualmente por uma postura a que designa como “antiessencialista”. Ao abrigo deste preambulo epistemológico argumenta que a sociedade está dividida e é construída discursivamente através de práticas hegemónicas.

Considerando o populismo como forma de fazer política assente na discursividade, subtrai-se a componente ideológica, a programática, bem como a sua dimensão institucional, enquanto regime político.

Historicamente a formação hegemónica neoliberal sucedeu à do Estado-providência de matriz social-democrata. Contudo, mais recentemente, e em face da crescente insatisfação e exigência de largas categorias sociais, a formação hegemónica neoliberal está sob pressão e erosão. Organicamente esta formação é constituída por: desregulação; privatização; austeridade; limitação do papel do Estado; individualismo; e ascendente materialista.

A pós-democracia corresponde precisamente ao auge da hegemonia neoliberal. Nesta fase ganham protagonismo na regulação da atividade política e institucional os princípios do liberalismo, mormente do liberalismo económico em detrimento da igualdade e soberania popular e com eles a oclusão dos espaços agonísticos. O momento populista constitui-se como o tempo de distinção dos populismos. Deste modo, as outras propõem a conceção e adoção de uma nova linguagem, que tenha o poder de identificação política de largos estratos sociais descontentes e afastados da esfera pública. Este novo código linguístico permitiria o segundo elemento proposto, a definição da fronteira entre o “povo” e a “oligarquia”. É neste ponto que a bifurcação se apresenta entre populismo de esquerda e populismo de direita. O “nós” do populismo de esquerda deverá ter o condão de articular interesses de grupos sociais como os trabalhadores, a comunidade LGBTI, os imigrantes e a classe média precarizada.

O segundo capítulo, *Aprender com o thatcherismo* recua até meados da década de 1970, onde começam a multiplicar-se os focos de tensão na hegemonia social-democrata. Expoente desta crise, a ofensiva thatcherista passa por colocar em causa a legitimidade do Estado-providência. Crise de legitimidade ampliada por fatores económicos, como a crise do petróleo de 1975, mas também o papel contestatário dos novos movimentos



sociais, advogando maiores direitos e liberdades individuais. Esta fraqueza histórica do Estado-social e da hegemonia que o legitima foi implacavelmente aproveitada para erguer uma nova hegemonia, a neoliberal.

A estratégia passou pela construção, ao nível discursivo de um “nós”, o povo esforçado, vítima dos burocratas e um “eles” que contemplava: as forças do sistema; os burocratas do Estado; as organizações sindicais; e os beneficiários de prestações sociais. A estratégia hegemónica do populismo de Thatcher resultava na combinação dos temas tradicionais do Partido Conservador, como o interesse próprio, o individualismo, a apologia à concorrência e uma forte cultura anti Estado. A intervenção deu-se a diversos níveis: económico; político; e ideológico de forma a sedimentar uma nova hegemonia cultural.

A consolidação da hegemonia neoliberal passou pela adoção de cânones estéticos da contracultura como autenticidade, autogestão e ausência de hierarquias permitindo a neutralização dos novos movimentos sociais.

Mouffe, no terceiro capítulo, *Radicalizar a Democracia* começa por postular o que entende por formação hegemónica, ao considerar que “(...) é uma configuração de práticas sociais de diferentes naturezas: económica, cultural, política e jurídica, e a sua articulação é assegurada em torno de alguns significantes-chave simbólicos que dão forma ao “senso comum” e oferecem o quadro normativo de dada sociedade” (2019: 53). No fundo, estamos perante uma estrutura social que tem a pretensão de substituir o quadro normativo dominante. É a partir deste que são norteadas as práticas sociais, incluindo aquelas que têm como base o senso comum.

De acordo com a autora as instâncias institucionais que suportam as sociedades ocidentais, vêm-se a braços com uma crescente erosão não só da confiança depositada pelos cidadãos, mas também no seu próprio funcionamento, mormente ao priorizar a liberdade, sobretudo a económica, em detrimento da igualdade, enquanto princípio basilar da vida democrática.

Não deixa de ser paradoxal o facto de não haver uma robusta oposição/rejeição ao projeto neoliberal de financeirização da economia e demais esferas de atividade social. É aqui, neste ponto, que a autora “espreita” uma oportunidade para o populismo de esquerda, captando e mobilizando o descontentamento de largas categorias sociais relativamente às elites do regime.

Incumbe ao populismo de esquerda radicalizar a democracia. A constituição de um ator capaz de levar a cabo esta transformação ao nível das instituições sociais e políticas deverá considerar e partir do contributo de três tipos de ator de esquerda: reformismo puro; reformismo radical; e a política revolucionária. Todos eles terão necessariamente como imperativo da sua ação o Estado como espaço agonístico. Para tal, não se trata de uma qualquer versão da extrema-esquerda, mas de uma esquerda que promova a rutura com o *status-quo* neoliberal.

Em consequência, o populismo de esquerda enquanto ator político coletivo, deverá intensificar o confronto agonístico na sociedade e muito em particular nas estruturas do Estado.



O quarto e último capítulo, intitulado *A Construção de um Povo* é o espaço onde a autora problematiza o processo de radicalização da democracia, que deverá passar pela construção de um sujeito político que articule diferentes interesses e intensifique a componente da igualdade, equiparando-a à liberdade. O “povo” do populismo de esquerda deverá ser constituído por uma causa, definida de forma clara e objetiva e que articule uma cadeia de equivalências da vontade popular. Um segundo aspeto, é a emergência e a consolidação da figura de um líder, de preferência com contornos carismáticos. Esta dupla dimensão da construção de um ator político populista de esquerda remete-nos para duas importantes observações. Por um lado, o modelo de democracia subjacente na passagem de uma hegemonia neoliberal para uma hegemonia populista de esquerda, no qual deverá imperar um papel de cidadão em substituição da de consumidor. Esta passagem implica um ativo envolvimento da vida coletiva e comunitária. Por outro lado, a figura do líder populista de esquerda distancia-se do líder populista de direita com traços autoritários e centralizadores.

Finalmente, na *Conclusão*, discute o “momento populista” que emerge nas sociedades contemporâneas ocidentais como o resultado da erosão dos mecanismos institucionais dos regimes democráticos, que assim vão acumulando tensões e *clusters* de conflito social ora latente, ora mesmo em estado manifesto. Em resultado da hegemonia neoliberal que saiu triunfante nas últimas décadas a condição pós-democrática está presentemente, de acordo com a autora, minada pelo descontentamento crescente de largas categorias sociais.

A eclosão do descontentamento de categoriais sociais tão diversas, dá-se de forma muito distinta, corporizando aquilo que é concebido como “momento populista”: ao nível discursivo, com a construção de uma categoria discursiva, “o povo”, que agrega categorias sociais tão diversas. Não havendo critério geral que se aplique transversalmente às diferentes democracias ocidentais, agregam-se os que se sentem distantes dos circuitos decisórios e de mobilidade social. É ainda composto pela crescente preponderância dos afetos na política.

Por isso, mais do que a definição programática de um hipotético populismo de esquerda, a delimitação de uma fronteira política terá o seu culminar no plano discursivo. Deste ponto de vista, interessa desmontar a conotação negativa de populismo que prolifera pelo Ocidente, uma vez que esta não passa de uma estratégia oriunda dos grupos de interesse da pós-política.

Antagonicamente, o populismo pode assumir-se como uma promissora estratégia de radicalização democrática e da sua vertente da igualdade e justiça social, como critérios distintivos do populismo de esquerda relativamente aos demais.

No *Apêndice teórico - Uma abordagem antiessencialista*, a autora leva a cabo algumas clarificações conceptuais que, para além de reforçar os alicerces epistemológicos e teóricos da obra em estudo, também tem o seu lado pedagógico. Começa por esclarecer que a sua abordagem se situa naquilo que designa como perspectiva dissociativa ao entender a estrutura política como o espaço onde se digladiam os interesses antagónicos com potencial conflituante. A análise anti-essencialista baseia-se em dois conceitos basilares: primeiro, as “práticas hegemónicas” que compreendem “todas as ordens sociais são a articulação temporária e precária de práticas hegemónicas cuja finalidade



é estabelecer uma ordem num contexto contingente. As práticas hegemónicas são práticas de articulação pelas quais uma dada ordem é criada e o significado das instituições sociais é fixado” (2019: 90). Um segundo conceito, de agente social “(...) é constituído por um conjunto de “posições discursivas” que nunca podem ser totalmente fixadas num sistema fechado de diferenças” (2019: 90). Resumindo, ao postular que não existe qualquer determinismo estrutural, uma vez que o posicionamento de cada ator está inscrito numa estrutura discursiva instável, constantemente reavaliada por parte de cada ator.

*Uma conceção agonística da democracia* - o grande desafio contemporâneo para os regimes liberais passa por estabelecer um espaço de confronto agonístico, que permita o estabelecimento de critérios que levem à construção de um “nós” e um “eles”. O eles, não é um inimigo que tenhamos objetivamente de eliminar, mas um adversário que dê lugar a um combate de ideias numa clara distinção entre o “adversário” e o “inimigo”. Ainda assim não se pode dispensar o combate aos inimigos, entendidos como aqueles que recusam jogar o jogo democrático com as suas regras e princípios. Daqui ser também relevante a distinção entre “antagonismo” associado aos inimigos da democracia e “agonismo” onde se confrontam diferentes perspetivas políticas.

## **Reflexões e diálogo com a obra**

A leitura da presente obra representa uma substantiva tentativa de revalorização do conceito de “populismo” e reciclá-lo dos escombros sociais em que comumente é tido, mormente no discurso político e mediático quotidiano e enquanto esta pode ser uma oportunidade de renovação dos procedimentos democráticos (Judis, 2017; Müller, 2017; Mudde & Kaltwasser 2017). Contudo, a autora francesa contribui para este debate com o programa para um putativo populismo de esquerda que vise a revitalização da democracia.

No que toca à definição da causa, a autora levanta algumas pistas, que deverão passar em primeira instância por apelar à “questão social”, denunciando e propondo-se como alternativa às formas de exploração, dominação e discriminação. A questão ecológica deverá ter também um lugar charneira na formação de uma nova hegemonia populista de esquerda, advogando a favor de uma justa transição energética e o abandono do modelo produtivista dominante.

Finalmente, a construção do populismo de esquerda, sendo ancorado geográfica e nacionalmente, deverá: ambicionar a sua internacionalização; colaborar com os vários populismos de esquerda nacionais; radicalizar cada uma das democracias; e invocar os afetos polarizadores existentes entre os diferentes atores.

A autora fala num tempo “pós-política” que acaba por não definir com o pormenor suficiente de forma a identificar dimensões e critérios que assinalem a passagem de um período de hegemonia neoliberal para um “pós-político”. No fundo, fica-se sem perceber em que condições e circunstâncias exatas se processa esta transformação no caso concreto para a passagem do que define como “momento populista” atual.

Sente-se a ausência de uma abordagem, por genérica que fosse, do papel dos *media* nas sociedades contemporâneas e em particular no processo histórico de dialética onde se



sucedem transformações culturais nevrálgicas sem a devida acuidade, por exemplo à apropriação e uso dos novos media sociais por atores tidos como populistas (Bolsover, 2017; Benkler, Faris & Roberts, 2018; Gopalkrishnan, 2018), que assentam a sua estratégia numa dupla prática: o estabelecimento da comunicação e interação direta com os potenciais eleitores, quebrando o monopólio dos meios de comunicação tradicionais (Morais & Sousa, 2013); e, em segundo lugar, uma rutura no plano discursivo que enfatiza a denúncia das elites corruptas ou o complô das elites liberais e cosmopolitas relativamente aos fluxos migratórios (Eatwell & Goodwin, 2019).

### Referências bibliográficas

Benkler, Y., Faris, R., & Roberts, H. (2018). *Network propaganda: manipulation, disinformation, and radicalization in American politics*. New York: Oxford University Press.

Bolsover, G. (2017). "Computational Propaganda in China: An Alternative Model of a Widespread Practice." S. Woolley, P. N. Howard (Eds.), Working Paper, Oxford, UK, *Project on Computational Propaganda*. Disponível em: <http://comprop.oii.ox.ac.uk/> [consultado em 05-10-2020].

Eatwell, R. & Goodwin, M. (2019). *Populismo, A Revolta Contra a Democracia Liberal*. Porto Salvo: Desassossego.

Gopalkrishnan, S. (2018). "The Trump Campaign Computational Propaganda Challenge for the Indian Parliamentary Elections 2019". *Media Watch*, Vol. IX (Nº I), pp. 79-88.

Judis, J. B. (2017). *A Explosão do Populismo*. Lisboa: Editorial Presença.

Morais, R. & Sousa, J. C. (2013). "As práticas jornalísticas na imprensa regional: a selecção das fontes e a promoção de desigualdades sociais". *Observatório*, 7(1), 187-204. <https://doi.org/10.7458/obs712013518>

Mudde, C. & Kaltwasser, C. R. (2017). *Populismo: uma brevíssima introdução*. Lisboa: Gradiva.

Müller, J.W. (2017). *O Que é o Populismo?*. Alfragide: Texto Editora.

### Como citar esta recensão

Sousa, João Carlos (2021). Recensão Crítica de Mouffe, Chantal (2019). *Por Um Populismo de Esquerda*. Coleção Trajectos. Lisboa: Gradiva. ISBN 978-989-616-906-0. 104 pp. Janus.net, e-journal of international relations. Vol12, Nº. 1, Maio-Outubro 2021. Consultado [online] em data da última consulta, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.12.01.1>

